Marcos Natali. 2020.

A Literatura em Questão:

Sobre a Responsabilidade da Instituição Literária.

Campinas, SP: Editora da Unicamp.

No livro *A Literatura em Questão: Sobre a Responsabilidade da Instituição Literária* (2020), Marcos Natali formula problemas e perguntas que desafiam consensos (e o desejo de que haja consensos) no campo dos estudos literários. Como destaca Alfredo Cesar Melo no texto de contracapa do livro, o autor “aborda a literatura de um ângulo contraintuitivo: e se a literatura, que o *establishment* dos estudos literários tanto reverencia, servir de engrenagem a injustiças, preconceitos e violências simbólicas?” Melo destaca “as leituras cuidadosas que Marcos Natali faz de um variado *corpus*, que vai de Antonio Candido a Jacques Derrida, passando por Ángel Rama, Monteiro Lobato, Roberto Bolaño e Mario Bellatin.” Vale a pena também destacar a importância do diálogo do autor com Michel Foucault, Emmanuel Lévinas, Jacques Rancière, Gayatri Spivak e Dipesh Chakrabarty.

No primeiro capítulo do livro, intitulado “Além da Literatura,” Marcos Natali discute o não raro recurso a concepções idealizantes e universalizantes de literatura. Em sua avaliação, a literatura como categoria universal parece contornar sua própria particularidade histórica e servir para a apropriação de textos pertencentes a contextos culturais diversos, desconsiderando (e apagando) práticas discursivas e grades classificatórias alheias. Contrapondo a ideia de literatura mundial (*Weltliteratur*) de Goethe à de Marx, Marcos Natali sugere que o gesto de universalização do literário tende a ser percebido como simples reconhecimento do que já existiria de antemão (conforme Goethe, todos os homens fazem poesia porque são, afinal, humanos); contudo, voltando-se a Marx, o autor considera tal universalização o resultado de um processo histórico particular: a expansão do capitalismo no contexto econômico, social e cultural da modernidade, de modo que o “universal” não passaria de um “eufemismo para ‘moderno’” (31).

A universalização do literário é entendida, então, como o resultado de um violento processo de abstração, de produção de equivalências, tão mais agressivo quanto menos visível. Trata-se de uma “violência tradutora” (52), que responde

por um imperialismo epistemológico cujo horizonte é o desaparecimento (supostamente inevitável, ou seja, naturalizado) de culturas consideradas “primitivas,” “arcaicas,” “não modernas.” A conclusão do capítulo traz estimulante provocação: “o que aconteceria se, em um cenário hipotético qualquer, . . . tivermos que escolher entre literatura e justiça, onde ficaria nossa fidelidade?” (54). Afinal, argumenta o autor, a demanda pela difusão da literatura tende a se comprometer com a inferiorização de repertórios culturais diversos.

A pergunta pela hipotética necessidade de escolha entre literatura e justiça ecoa por todo o livro. Ao lidar com escritores como o peruano José María Arguedas (especialmente em três capítulos: “José María Arguedas aquém da Literatura”; “Aspectos Elementares da Insurreição Indígena: Notas em Torno de Os Rios Profundos”; “Futuros de Arguedas”) e o chileno Roberto Bolaño (centro do nono capítulo, “Da Violência, da Verdadeira Violência”), Marcos Natali adensa sua crítica, já delineada no primeiro capítulo, à defesa da literatura como recurso de integração e síntese cultural, problematizando a teoria do “super-regionalismo,” de Antonio Candido, e a da “transculturização,” de Ángel Rama. Mas talvez seja no quinto capítulo, intitulado “Uma Segunda Esméria: Do Amor à Literatura (e ao Escravidão),” que a pergunta por onde ficaria nossa fidelidade revele de modo mais patente sua força e necessidade.

Nesse quinto capítulo, Natali apresenta um estudo muito oportuno da “polêmica em torno da existência de racismo na obra de Monteiro Lobato,” disparada “por uma queixa protocolada no Conselho Nacional de Educação em 2010” (121). Podemos, então, conhecer o teor da denúncia e a posição do Conselho (órgão vinculado ao Ministério da Educação do Brasil), como também uma série de declarações de escritores, estudiosos e instituições acadêmicas brasileiras que se incumbiram da missão de defender Monteiro Lobato. Se Natali argumenta que a instituição literária se assemelha em muitos aspectos a uma instituição religiosa, funcionando como uma espécie de culto laico (especialmente no quarto capítulo, “O Sacrifício da Literatura,” e no sexto capítulo, “Grafoterapia”), o tom das declarações citadas parece corroborar o argumento: estamos diante de uma fidelidade absoluta e devocional à literatura. Mas importa destacar: no caso, tal fidelidade é ativada para se rejeitar a pertinência de se tratar dos danos do racismo no Brasil. Aliás, o veto a se discutir o racismo na obra infantil de Monteiro Lobato coincide muitas vezes com a recusa a se reconhecer o racismo no país.

O livro se encerra com uma espécie de posfácio que flerta com a ficção, trata-se do surpreendente texto “Post Scriptum: Autobiografias do Começo de uma Aula.”

Ao acompanhar o que passa na cabeça de uma professora diante de sua turma, somos convidados a imaginar “uma aula que não pressuponha a ignorância dos alunos” (251), que seja “a aventura do poder pensar junto a outras pessoas” (253), do “estar com os outros sem a obrigação de ser semelhante” (254), havendo lugar para “o atrito e o dissenso” (245), “apontando para aberturas presentes no pensamento e na política e sinalizando tudo aquilo que ainda está para ser feito” (260).

No primeiro capítulo do livro, Natali já alertava (especialmente ao discutir o ensaio “O Direito à Literatura,” de Antonio Candido) para o fato de que a defesa do “direito ao acesso a bens culturais privilegiados” (25) muitas vezes se limita a considerar aquilo “que já existe,” revelando-se frequentemente incapaz de imaginar “a criação do que ainda não é” (40). Aludindo a reflexões de Gayatri Spivak sobre a condição subalterna, o autor questiona a pretensão do intelectual de saber qual o desejo do outro, o subalterno. Questionar esta posição de autoridade associa-se, ao longo do livro, à defesa do dissenso e da crítica, configurando-se uma ética da leitura como encontro com a diferença, numa atitude avessa ao monologismo pedagógico, pois o “estabelecimento da semelhança não é a única maneira de pensar a justiça social . . .” (31). Aliás, nessa aula ficcional, situada numa universidade da megalópole latino-americana que é São Paulo, não se espera que o ensino de literatura sirva à produção do mesmo, que a literatura seja garantia e segurança, mas sim abertura e risco: “uma aula que terminasse não no fim, mas no *sím . . .* : *Ainda não terminamos. Continuamos na próxima aula?*” (260).

ANITA MARTINS RODRIGUES DE MORAES é Professora Associada de Teoria da Literatura na Universidade Federal Fluminense (UFF).